



**COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA O REGISTO DOS TERRENOS
RURIS À FAVOR DAS COMUNIDADES LOCAIS
GRUPO TÉCNICO**

“PROGRAMA MINHA TERRA”

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES AGOSTO/2020

I. ENQUADRAMENTO

O Presente relatório, faz referência às actividades realizadas no âmbito do Programa Minha Terra, durante os dois anos de vigência da Comissão Interministerial para o Registo dos Terrenos Rurais à favor das Comunidades Locais, criada ao abrigo do Despacho Presidencial N.º 14/18 de 19 de Fevereiro.

A Comissão é coordenada pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República de Angola e integram:

- Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado;
- Ministro das Finanças;
- Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos;
- Ministra do Ordenamento do Território e Habitação;
- Ministro da Agricultura e Florestas;
- Secretário para os Assuntos Regionais e Locais do Presidente da República.

A mesma é apoiada por um Grupo Técnico onde integram os Secretários de Estado dos Ministérios acima enumerados, bem como, representantes das áreas competentes indicados pelos Secretários de Estado membros da equipa técnica, coordenada pela Ministra do Ordenamento do Território e Habitação (conforme despacho presidencial n.º 14/18 de 19 de Fevereiro).

I.1. Atribuições

Tem como atribuições:

- a) Efectuar o levantamento dos terrenos rurais ou comunitários existentes nas comunidades rurais;
- b) Analisar o grau de aproveitamento útil e efectivo dos terrenos referidos na alínea anterior;

- c) Promover o reconhecimento e registo célere de prédios e terrenos rústicos comunitários em domínio útil consuetudinário;
- d) Promover a atribuição de direitos fundiários aos detentores de parcelas de terrenos que reúnam os requisitos legais;
- e) Criar condições para que as instituições competentes possam dar continuidade ao trabalho findo o prazo de vigência da Comissão Interministerial;
- f) Realizar as demais tarefas que lhe forem incumbidas pelo Presidente da República.

II. META PARA O PROJECTO PILOTO

Na fase piloto está prevista a atribuição de 200 títulos por município, totalizando 3600, com os respectivos registos prediais.

III. ACTIVIDADES REALIZADAS

- a) Elaboração e aprovação do cronograma de actividades;
- b) Elaboração e aprovação do orçamento da Comissão;
- c) Indicação dos municípios piloto por parte dos governos provinciais (um Município em cada Província);
- d) Constituição das equipas técnicas central e provincial;
- e) Constituição das equipas de demarcação e vistoria;
- f) Inventário das comunidades onde já se realizou o Diagnóstico Rural Participativo (DRP);
- g) Levantamento parcial do estado actual dos terrenos rurais;
- h) Elaboração de dois Planos de Ordenamento Rural (POR) nas localidades de Caculo Cahango e Mihinge, respectivamente;
- i) Realização de concurso público para aquisição de viaturas;
- j) Realização de concurso limitado por convite para aquisição do Software Sistema Angolano de Gestão de Informação de Terra – SAGIT;
- k) Elaboração de uma cartilha sobre o processo de concessão;
- l) Desenvolvimento de cartazes publicitários;
- m) Produção de spots publicitários, televisivos e radiofónicos para divulgar o Programa nos diferentes média.

- n) Adquisição de três viaturas, três computadores e três tablets para as províncias do Bié, Huambo e Benguela;

IV. MUNICÍPIOS PILOTO

Para a experiência piloto, foram seleccionados pelos governos provinciais 18 (dezoito) municípios (um em cada província), tendo sido iniciados os trabalhos em 12 (doze) províncias, com a entrega oficial dos primeiros títulos em 3 (três). 9 (nove) províncias aguardam a marcação da data para o acto de entrega dos primeiros títulos.

V.1 TRABALHOS INICIADOS

N/O	Província	Município	Data de início dos trabalhos	Data de entrega dos primeiros títulos
1	Bié	Chinguar	Junho/19	16.10.19
2	Huambo	Cachiungo	Abril/19	30.10.19
3	Benguela	Cubal	Agosto/19	10.01.2020
4	Luanda	Icolo e Bengo	Janeiro/19	Por marcar
5	Moxico	Bundas	Julho/19	Por marcar
6	Huíla	Lubango	Junho/19	Por marcar
7	Cabinda	Cabinda	Julho/19	Por marcar
8	Namibe	Bibala	Junho/19	Por Marcar
9	Malanje	Cacuso	Novembro/19	Por marcar
10	Cuanza Norte	Lucala	Agosto/19	Por marcar

11	Bengo	Dembos	Agosto/19	Por marcar
12	Uíge	Quitexe	Outubro/19	Por marcar
13	Zaire	Mbanza Kongo	Agosto/2020	Por marcar

V.1.2 TRABALHOS POR INICIAR

N/O	Província	Município	Data de início dos trabalhos	Data de entrega dos títulos
12	Lunda Norte	Chitato	Agosto/2020	Por marcar
13	Lunda Sul	Dala	Agosto/2020	Por marcar
16	Cuanza Sul	Porto Amboim	Agosto/2020	Por marcar
17	Cuando Cubango	Menongue	Agosto/2020	Por marcar
18	Cunene	Cuvelai	Setembro/2020	Por marcar

VI. RESUMO DOS TRABALHOS EFECTUADOS

VI.1.1. Província do Bié, Município do Chinguar.

- Criada a Comissão Provincial do Programa Minha Terra;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Levantados e georreferenciados um total de 130 terrenos;
- Emitidos 114 títulos e respectivos contratos de concessão;
- Realizado o lançamento oficial do Programa aos 16/10/2019;
- Encontro com as autoridades governamentais da província;



VI.1.2. Província do Huambo, Município do Cachiungo.

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Criada a Comissão Provincial do Programa Minha Terra;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;

- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Levantados e georreferenciados um total de 200 terrenos;
- Emitidos 166 títulos e respectivos contratos de concessão;
- Realizado lançamento oficial do programa aos 30/10/2019



VI.1.3. Província de Benguela, Município do Cubal.

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Criada a Comissão Provincial do Programa Minha Terra;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Levantados e georreferenciados um total de 275 terrenos
- Emitidos 133 títulos e respectivos contratos de concessão
- Realizado o lançamento oficial do programa aos 10/01/2020



VI.1.4. Província de Luanda, Município de Icolo e Bengo.

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Criada a Comissão Provincial do Programa Minha Terra;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;

- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Elaborado um Plano de ordenamento Rural na localidade de Mihinge;
- Elaboração de um Plano de Ordenamento Rural na localidade de Caculo Cahango;
- Levantados e georreferenciados até ao momento um total de 86 parcelas de terreno, estando 60 processos instruídos, com 39 processos remetidos ao Governo Provincial de Luanda para homologação.

Província do Moxico, Município de Kamanongue

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Organizado e instruído 1 processo de concessão;

Província da Huila, Município do Lubango

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;

Província de Cabinda, município sede

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Criada a Comissão Provincial do Programa Minha Terra;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;

- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Levantados e georreferenciados 103 terrenos;
- Organizados e instruídos 55 processos.

Província do Namibe, Município da Bibala

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Criada a Comissão Provincial do Programa Minha Terra;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Levantados e georreferenciados 237 processos.

VI.1.5. Província de Malanje, município de Cacuso.

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Criada a Comissão Provincial do Programa Minha Terra;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Sensibilização feita nas localidades de Mucuichi e Brita;
- Organizados e instruídos 30 processos e emitidos 11 títulos e contratos de concessão do Direito de Superfície.

VI.1.6. Província de Cuanza Norte, município de Lucala

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Organizados e instruídos 33 processos.

Província do Bengo, município dos Dembos

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Criada a Comissão Provincial do Programa Minha Terra;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Identificados os locais para a experiência piloto

VI.1.7. Província de Uíge, município de Quitexe.

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Criada a Comissão Provincial do Programa Minha Terra;
- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Organizados e instruídos 235 processos.

Província do Zaire, Município de Mbanza Kongo

- Encontro da equipa de coordenação central com as autoridades governamentais da província;
- Criada a Comissão Provincial do Programa Minha Terra;

- Encontro de concertação com os camponeses e autoridades tradicionais;
- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Levantamento das cooperativas e associações em condições de serem tituladas;
- Identificação dos locais para a experiência piloto, levantamento e georreferenciação dos terrenos;
- Organizados e instruídos 3 processos.

Província da Lunda Norte, município do Chitato

- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Realizado encontro de concertação com o Gabinete Provincial da Agricultura e a UNACA

Província da Lunda Sul, município de Dala

- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;

Província do Cuanza Sul, município de Porto Amboim

- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;

Quando Cubango, município de Menongue

- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;
- Realizada uma reunião com a UNACA, onde foi fornecida uma relação nominal dos camponeses e cooperativas existentes na província.

Província do Cunene, município do Cuvelai

- Entregues os modelos de parecer a serem usados pelas administrações e governos provinciais nos processos de concessão;

Quadro Geral

N/O	Província	Terrenos Levantados	Títulos Emitidos	Percentagem
1	Bié	130	114	57
2	Huambo	200	166	83
3	Benguela	275	133	66,5
4	Luanda	86	39	19,5
5	Moxico	1		0
6	Huila			0
7	Cabinda	103	55	27,5
8	Namibe	237		0
9	Malanje	30	11	5,5
10	Cuanza Norte	33		0
11	Bengo			0
13	Uíge	235	88	44
14	Zaire	3		0
15	Lunda Norte			0
16	Lunda Sul			0
17	Quando Cubango			0
18	Cunene			0
Total		1333	606	303

INVENTÁRIO DAS COMUNIDADES ONDE JÁ FOI REALIZADO O DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP)

Já foram intervencionados pelo I.G.C.A., no âmbito dos projectos da FAO, Visão Mundial e DW, 239 comunidades nas províncias do Bié, Benguela, Huambo e Huila, distribuídas da seguinte forma;

N/O	Província	N.º de Comunidades	Comunidades Tituladas	Em falta
1	Bié	59	23	36
2	Benguela	13	0	13
3	Huambo	155	1	154
4	Huíla	12	7	5
Total		239	31	208

Importa salientar que estes trabalhos foram realizados por Organizações da Sociedade Civil, antes da implementação do Programa Minha Terra, o que implicará a revisão das informações produzidas.

O **DRP** é um método de recolha de informações, mediante o qual uma equipa técnica interage com os membros de uma comunidade para obter um conjunto de informações claras que respondam ao objectivo desejado. No caso da delimitação de terras, essas informações irão permitir produzir os instrumentos legalmente exigidos para a titulação e registo das terras da comunidade.

PROCESSO DE CONCESSÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA TERRA

Visto se tratar de um programa que visa simplificar e desburocratizar a o registo dos terrenos à favor das comunidades locais, o processo de concessão segue as seguintes etapas:

1. Concertação entre os órgãos da Administração Local do Estado;
2. Identificação dos terrenos a serem titulados;
3. Concertação e sensibilização das comunidades locais;
4. Publicação de editais
5. Trabalhos de campo;
6. Trabalhos de gabinete;
7. Emissão dos direitos de superfície e contratos de concessão;
8. Pagamento nas finanças (direito de superfície e SISA);
9. Registo Predial;
10. Entrega dos títulos, contratos de concessão e registo predial.

VI. PONTOS FORTES

- a) Celeridade no processo de emissão dos títulos, contratos de concessão e registo predial (2 meses em média);
- b) Participação activa dos beneficiários e colaboração das autoridades tradicionais na execução dos trabalhos de campo;
- c) Participação activa dos integrantes das equipas técnicas de Vistoria e Demarcação;
- d) Colaboração das administrações municipais em todo o processo;
- e) Colaboração dos governos locais

VII. CONSTRANGIMENTOS

- f) Ausência de um software de gestão do processo de concessão;
- g) Insuficiência de recursos humanos;
- h) Insuficiência de meios técnicos;
- i) Insuficiência de meios logísticos;
- j) Ausência de meios de transporte;
- k) Pagamento do direito de Superfície e do imposto de SISA

- l) Pagamento do Registo Predial
- m) Ausência de cartografia apropriada para projectar os dados colhidos em campo;
- n) Cartografia existente desactualizada;
- o) Ausência de um Quadro Normativo para a Atribuição de Direitos Fundiários no Âmbito do Programa Minha Terra, em forma de Decreto;

VIII. PAGAMENTO DOS DIREITOS DE SUPERFÍCIE NA CONTA ÚNICA DO TESOURO, IMPOSTO DE SISA E REGISTO PREDIAL

VIII.1. Pagamento do Direito de Superfície

Dada a ausência do instrumento legal que define o preço dos terrenos rurais para fins agropecuários, foi definido o valor AKZ 69,31/ha (sessenta e três kwanzas e trinta e um cêntimos) por cada hectare visto ser o valor praticado actualmente no país.

VIII.2. Pagamento do imposto de SISA

De acordo com o número 1 do artigo 121 do código geral tributário, o Imposto de SISA corresponde a 2% do valor da concessão, entretanto, visto que os emolumentos pagos pela concessão são geralmente inferiores a **AKZ 12.475,80** (doze mil e quatrocentos e setenta e cinco kwanzas e oitenta cêntimos), o imposto de SISA é sempre inferior a AKZ 5.000,00 (cinco mil kwanzas). Visto que o Sistema Integrado de Gestão Tributária (SIGT), só liquida pelo valor mínimo de Kz, 5.000,00, todas as concessões deverão pagar no mínimo este valor para o referido imposto.

VIII.3. Pagamento do Registo Predial

Tendo em conta o valor máximo das áreas dos terrenos titulados e a serem titulados no âmbito do programa Minha Terra (4hectares); o preço do direito de superfície durante os 45 anos da concessão não ultrapassa os AKZ 12.475,80 (doze mil e quatrocentos e setenta e cinco kwanzas e oitenta cêntimos) e, de acordo com o Decreto 301/19 de 16 de outubro de 2019, publicado no diário da república de 16 outubro de 2019 I Série; o custo do registo de um terreno cujo valor da concessão vai até os 100.000,00Kz é de AKZ 25.020,00 (vinte e cinco mil Kwanzas e vinte cêntimos) e o valor da certidão AKZ 5.020,00Kz (cinco mil Kwanzas e vinte cêntimos).

Tratando-se um programa que está a ser subvencionado pelo Estado angolano, destinado ao apoio às comunidades rurais, com vista a isentar as mesmas destes pagamentos, urge a necessidade urgente de se elaborar um Quadro Normativo para a Atribuição de Direitos Fundiários no Âmbito do Programa Minha Terra, em forma de Decreto, para isentar as mesmas de tais pagamentos.

IX. FACTORES DE RISCO

Os factores abaixo discriminados são de extrema importância e o sucesso do Programa está inteiramente dependente da resolução dos mesmos:

- a) Disponibilidade financeira;
- b) Falta de meios e equipamentos;
- c) Insuficiência de pessoal técnico;
- d) Incumprimento da Lei, com destaque para Lei de Terras e do Regulamento Geral de Concessão de Terrenos;
- e) Plataformas tecnológicas dispersas;
- f) Desatualização da rede geodésica e da cartografia nacionais;
- g) Concessões alheias ao órgão central para a gestão técnica de terras (IGCA), que não constam no Tombo geral da propriedade;
- h) Duplicação de concessão de terrenos pelas diferentes entidades concedentes (Administrações Municipais, Governos Provinciais, Ministério do Ordenamento do Território e Habitação).

X. PROPOSTA DE MEDIDAS PARA MELHORIA DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE TERRENOS E DA GESTÃO FUNDIÁRIA A NÍVEL NACIONAL

- a) Estabelecimento de um Quadro Normativo para a Atribuição de Direitos Fundiários no Âmbito do Programa Minha Terra, em forma de Decreto;
- b) Simplificação do processo de concessão de direitos fundiários;
- c) Levantamento cadastral de todo o território nacional;
- d) Aprovação da Lei do Regime Jurídico do Cadastro Predial e Implementação do Número de Identificação Predial (NIP);
- e) Modernização da Rede Geodésica Nacional;
- f) Actualização da cartografia nacional;
- g) Implementação do Cadastro único Nacional de Terras;

